

Em Análise

O Emprego no Sector Transacionável

Paulo Júlio¹, Ricardo Pinheiro Alves² e Tiago Ramalho

1 – Introdução

Portugal está a implementar um programa de ajustamento económico e financeiro com reflexos inevitáveis na procura interna. Neste contexto, o crescimento económico tem de basear-se na procura externa e na oferta do setor transacionável.

O presente artigo pretende verificar se a evolução recente do emprego na Economia portuguesa confirma que existe uma reorientação do tecido produtivo nacional para mercados externos, criando condições estruturais para o crescimento económico e criação de emprego sustentáveis.

Os resultados apresentados mostram que a economia portuguesa está a passar por um reajustamento entre o sector não-transacionável e o sector transacionável.

O texto começa com uma breve explicação da metodologia utilizada, apresentando em seguida os resultados obtidos. A parte final conclui com algumas explicações para os resultados apresentados.

2 – Metodologia

A avaliação baseia-se em dois modelos principais que visam explicar os efeitos do grau de abertura na criação do emprego.

O primeiro modelo utiliza dados do emprego por conta de outrem fornecidos pelo Instituto de Informática da Segurança Social para o período entre 2007 e 2012. Para os anos 2007-2011 utilizam-se dados relativos aos meses de outubro; já para o ano de 2012 são utilizados valores do mês de junho. É de referir que a utilização de dados do mês de junho no ano 2012 obriga a uma leitura cuidadosa devido às limitações que uma comparação entre o emprego em junho e em outubro comporta.

Ainda relativamente aos dados utilizados, foram apenas considerados sectores com valores de exportação não-nulos e para os quais existe informação quanto ao volume de negócios.

Define-se grau de abertura como o rácio entre o valor das exportações e o volume de negócios do sector (CAE a dois dígitos). Este indicador está apenas disponível ao nível do sector e para o ano de 2009, o que limita a análise e influencia o desvio-padrão. A avaliação do impacto deste indicador subdividiu-se em duas análises: uma diz respeito à variação homóloga do emprego e a outra diz respeito à variação em todo o período considerado.

A fim de obter as variações homólogas desde 2009 a 2012, foram estimadas para cada ano, regressões ao nível da empresa e ao nível do sector, as quais relacionam a variação percentual do emprego e o grau de abertura do sector.

$$(1) \Delta \text{emprego}(\%)_i = \alpha + \beta \text{grau abertura}_j + \varepsilon_i$$

$$(2) \Delta \text{emprego}(\%)_j = \alpha + \beta \text{grau abertura}_j + \varepsilon_j$$

Na primeira regressão, a variação do emprego na empresa i depende do grau de abertura do sector j em que a empresa se insere. Na segunda regressão, a variação do emprego no sector j depende do seu próprio grau de abertura. O erro é independente e identicamente distribuído (i.i.d.).

A variação em todo o período considerado foi estimada, tanto ao nível da CAE como ao nível da empresa através de uma regressão em painel com efeitos aleatórios e efeitos temporais:

¹ Gabinete de Estratégia e Estudos – Ministério da Economia e do Emprego.

² Gabinete de Estratégia e Estudos – Ministério da Economia e do Emprego, e Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing, Lisboa.

$$(3) \Delta \text{emprego}(\%)_{it} = \alpha + \beta \text{ grau abertura}_j + \theta_t + \varepsilon_{it}$$

$$(4) \Delta \text{emprego}(\%)_{jt} = \alpha + \beta \text{ grau abertura}_j + \theta_t + \varepsilon_{jt}$$

A invariância temporal do grau de abertura impediu que a regressão em painel fosse realizada com efeitos fixos. De novo, o erro é i.i.d.

O segundo modelo utilizou dados da Informação Empresarial Simplificada e estimativas realizadas por técnicos do Banco de Portugal, com o apoio do GEE. O período de análise vai de 2008 a 2011. A regressão avalia o impacto que o peso das exportações no total de vendas tem na variação do emprego, funcionando o total de vendas como uma variável de controlo para a dimensão da empresa. É de referir que neste segundo modelo as conclusões são mais robustas, pois já não há dependência de um grau de abertura apenas ao nível da CAE e respeitante apenas ao ano de 2009, tal como acontece no anterior.

Também no segundo modelo foram feitas duas análises: uma referente a cada ano da análise (em *cross-section*) e outra referente a todo o período (em painel).

Para analisar o impacto anual, foram estimadas duas regressões: uma que avalia o impacto no logaritmo do emprego e outra na taxa de variação:

$$(5) \log \text{emprego}_i = \alpha + \beta_1 \log \text{ vendas}_i + \beta_2 \text{ exp/vendas}(\%)_i + \varepsilon_i$$

Para a análise no período 2006-2011, foram estimadas novamente duas regressões, agora em painel, com efeitos fixos (*within estimator*), permitindo controlar por características idiossincráticas das empresas:

$$(6) \log \text{emprego}_{it} = \alpha_i + \beta_1 \log \text{ vendas}_{it} + \beta_2 \text{ exp/vendas}(\%)_{it} + \theta_t + \varepsilon_{it}$$

Em ambas as regressões, vendas_i representa o valor das vendas de cada empresa i ; $\text{exp/vendas}(\%)_i$ é o rácio das exportações sobre as vendas de cada empresa i (em percentagem); θ_t representa os efeitos temporais fixos e o erro é i.i.d.

3 – Resultados

Os resultados dos diferentes modelos utilizados levam à mesma conclusão: um maior grau de abertura das empresas está associado a uma melhoria na variação do emprego, principalmente em 2011 e 2012, no período de ajustamento da economia portuguesa. Na Tabela 1 são apresentadas as estatísticas descritivas do primeiro modelo.

Tabela 1: Estatísticas descritivas (primeiro modelo)

	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Varição do Emprego (%) - empresa	-8,37	138,53	-100,00	82900,00
Varição do Emprego (%) - CAE	-0,82	12,83	-81,44	114,76
Grau de abertura (%)	24,16	28,86	0,12	100,00

Os resultados do primeiro modelo são apresentados na Tabela 2, onde pode observar-se que o impacto do grau de abertura na variação do emprego é positivo a partir de 2010. A evolução do impacto apresenta uma tendência crescente ao longo do período considerado.

O mesmo resultado foi obtido para a análise do período temporal 2008-2012. Estes resultados coincidem com a evolução mais favorável do emprego no sector transacionável (agricultura e indústria) face ao não transacionável (construção e serviços) registada pelo INE, designadamente nos anos 2011 e 2012.

No que diz respeito ao sector (última coluna), a análise não é conclusiva.

Tabela 2: Impacto do grau de abertura no emprego

Var. indep.: grau de abertura	Varição emprego (%) - empresa	Varição emprego (%) - CAE
(2008-2012)†	0,019*** (0,005)	-0,053*** (0,021)
2009	-0,024 *** (0,009)	-0,129 *** (0,027)
2010	0,019** (0,009)	-0,073 ** (0,033)
2011	0,053 *** (0,013)	0,019 (0,029)
2012	0,048 *** (0,010)	0,012 (0,025)

Nível de significância: (***) 1%; (**) 5%; (*) 10%; Desvios-padrão robustos entre parêntesis.

† Efeitos aleatórios. Inclui variáveis *dummy* temporais.

O segundo modelo relaciona a variação do emprego com o rácio de exportações sobre as vendas, controlando para o total de vendas e permitindo deste modo uma análise mais robusta. Na Tabela 3 são apresentadas as estatísticas descritivas deste modelo.

Tabela 3: Estatísticas descritivas (segundo modelo)

	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Emprego (log)	1,22	0,01	0	10,03
Vendas (log)	11,68	1,82	-4,61	22,96
Exportações/vendas (%)	4,60	18,11	0	100,00

A Tabela 4 mostra os resultados, apresentando o impacto do rácio de exportações no emprego. Os resultados sugerem novamente um impacto positivo significativo na geração de emprego devido ao aumento do peso das exportações nas vendas, tanto na análise anual como na análise para o período 2008-2011. A título exemplificativo, no ano de 2011, um aumento de 10p.p. no rácio de exportações nas vendas estava associado a um aumento de 0,49% do emprego. Ao longo do período 2008-2011, e controlando para efeitos fixos, o mesmo aumento de 10p.p. no rácio de exportações nas vendas estava associado a um aumento do emprego nas empresas de 0,17%.

Tabela 4: Impacto do rácio de exportações sobre vendas no emprego

		Emprego (log)
Regressão em painel †		
2008-2011	Exp/vendas (%)	0,00017*** (0,00005)
Regressão em cross-section		
2008	Exp/vendas (%)	0,00146*** (0,00011)
2009	Exp/vendas (%)	0,00129*** (0,00011)
2010	Exp/vendas (%)	0,00098*** (0,00011)
2011	Exp/vendas (%)	0,00049*** (0,00010)

Nível de significância: (***) 1%; (**) 5%; (*) 10%; Desvios-padrão robustos entre parêntesis.

† Regressão feita com efeitos fixos.

Considerando ambos os modelos um resultado sobressai como sólido e consistente: maior abertura está associada a variações mais favoráveis do emprego ao nível das empresas. Daqui retira-se a possibilidade de uma realocação dos recursos da economia para o sector transaccionável e, portanto, um efeito mais positivo no crescimento económico por via da procura externa.

4 – Considerações Finais

Os resultados do estudo parecem ser bastante sólidos: a economia portuguesa está a passar por um reajustamento entre o sector não-transaccionável e o sector transaccionável ao nível das empresas. Consideradas individualmente, estas criam tanto mais emprego quanto maior é a sua exposição ao exterior.

Esta conclusão vai ao encontro da informação sobre a evolução recente do desemprego. Em termos sectoriais, a informação do IEFP com base no sector de saída dos trabalhadores que passaram para a situação de desemprego, mostra que a variação entre janeiro de 2011 e julho de 2012 é muito superior no sector não transaccionável.

A presente reafecção de recursos pode dever-se à percepção de que a queda na procura interna tem uma natureza mais estrutural que estará a ser compensada pela evolução da procura externa. Os resultados aqui apresentados são compatíveis com a evolução positiva das exportações nos últimos dois anos.

Outra explicação pode estar relacionada com o aumento da concentração no sector transaccionável, a qual tem sido acentuada nos últimos anos (Amador e Soares, 2012). Uma maior concentração poderá ter tornado o sector relativamente mais robusto e, portanto, mais capaz de manter trabalhadores (*labour hoarding*).

O facto de o sector transaccionável estar, em regra, exposto a uma competição mais alargada leva também a que variações nos salários dos trabalhadores tenham um maior impacto na variação dos preços de venda (Druant et al, 2009). Daqui pode surgir um duplo efeito no emprego. Por um lado, o incentivo gerado no sentido da moderação salarial pode evitar o despedimento. Por outro, a redução de preços resultante da moderação salarial aumenta a competitividade, podendo constituir uma oportunidade para a empresa aumentar o nível de exportações.

Em suma, tanto os resultados empíricos como as explicações teóricas parecem convergir na justificação de uma reorientação da economia portuguesa para o exterior. Poderá ser interessante, no futuro, avaliar se esta tendência se manterá ou se será invertida.

5 – Referências

Druant, Martine et al; *How are firms' wages and prices linked: survey evidence in Europe*; Banco Central Europeu; Working Paper nº 1084, August, 2009

Amador, João e Ana Cristina Soares; *Concorrência na economia portuguesa: Uma visão sobre os sectores transaccionável e não-transaccionável*; Banco de Portugal; 2012